

# Práticas educativas em educação ambiental e popular – mulher e agroecologia: territórios e culturas ancestrais

Paula Simone Busko\*

Patrícia Montanari Giraldi\*\*

## Educação ambiental e popular: contextos educativos

Esta comunicação tem o objetivo de explicitar a realização de projetos voltados à educação ambiental e popular em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira (SP). Como parte de uma pesquisa de doutoramento em educação científica e tecnológica<sup>1</sup> o ponto de partida tem como base a inserção de práticas pedagógicas voltados para a sustentabilidade do meio e defesa de territórios, muitas delas trabalhadas por meio de cursos, rodas de conversas e oficinas pedagógicas para mulheres agricultoras rurais. Outro ponto de destaque é o trabalho pedagógico voltado para a valorização do meio ambiente, integrado a um trabalho de valorização e perpetuação de ancestralidades.

Tais práticas pedagógicas visam uma metodologia decolonial, que explicitará os procedimentos da análise de dados mais adiante, que corroboram para o aprendizado de determinados temas e análises que configuram os sentidos decoloniais que apontam para os estudos anticoloniais num contexto latinoamericano. Nesse sentido, corrobora-se a busca pelo reflexivo e por sentidos que possam ser (re)produzidos, onde a fala das minorias, mesmo que fragmentadas, não descartam um posicionamento social e político, ou seja, determinados discursos e sujeitos se tornam referências e representações do meio onde vivem, configurando aspectos sociais e demandas

---

\* Doutoranda em Educação Científica e Tecnológica (Universidade Federal de Santa Catarina-PPGECT); Participação em Grupos de Pesquisa da UFSC: DICITE (Discursos da Ciência e Tecnologia) e Literaciências (Literatura, Decolonialidade e Ensino de Ciências).

E-mail: paulabusko@gmail.com

\*\* Doutora e Mestre em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Tecnologia (UFSC-PPGECT). Coordenadora do Grupo Literaciências (Grupo de Pesquisa em literatura e ciências, decolonialidade e ensino de ciências).

E-mail: patriciamgiraldi@gmail.com

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

políticas próprias de sua gente. Neste contexto social e realizado por redes de apoio presentes no Vale do Ribeira, os modelos de educação propostos por projetos apresentam propostas das mais variadas para a educação popular nos meios rurais e de novas políticas públicas neste setor, acabam por despontar uma tendência conceitual e relacional da mulher trabalhadora rural e de sua relação com a agroecologia.

Esta interconexão agroecologia, mulher e decolonialidade, que nesta pesquisa traz uma perspectiva crítica evidenciada pelas narrativas das mulheres agricultoras rurais, visibiliza a importância do papel da mulher trabalhadora rural nos estudos agroecológicos, apontando um feminismo atuante, que interliga a agricultura familiar feita *por* e *para* as mulheres, destacando as lutas por seus direitos enquanto trabalhadoras da terra e pela preservação de suas ancestralidades.

O que se sabe é que, no campo, na produção de hortaliças e frutos as mulheres centralizam suas produções: é a terra e o meio a que elas têm acesso e é o espaço, seu território, onde conseguem conciliar o trabalho doméstico com o trabalho produtivo. Daí que as mulheres agricultoras são profundas conhecedoras da seleção de sementes, domesticação de espécies, experimentos de combinação entre plantas que asseguram a qualidade da dieta familiar, a estabilidade do ecossistema e da biodiversidade (PERES, 2017).

A educação ambiental e popular no Vale é decolonial porque questionam as estruturas estabelecidas, inclusive a geopolítica do saber e a constituição das identidades que a diferença colonial impõe. Algumas pedagogias ao serem trabalhadas nestes espaços pelas lideranças locais e redes de apoio e integração questionam e analisam criticamente os campos de poder, saber e ser das populações. São pedagogias que acabam por evidenciar o trabalho de muitos líderes quilombolas e indígenas que se comprometem com a defesa dos territórios e com questões ecológicas que unem o pensamento em torno do homem integrado à natureza e vice-versa.

## **Mulher e Agroecologia: territórios e cultura ancestral**

As mulheres do Vale do Ribeira são ribeirinhas, caiçaras, quilombolas e indígenas. Seus povos originários são imigrantes portugueses, espanhóis e negros, no primeiro ciclo de imigração (final do século XVI) que foram atrás da exploração mineral e se instalaram ao sul do estado de São Paulo, mais próximos da divisa com o estado do Paraná. Há também os japoneses, que imigraram após a década de 1940, na região de Iguape. Atualmente, ali se encontram os quilombolas, indígenas, ribeirinhos e caiçaras

que vivem de acordo com a agricultura de subsistência e da venda de suas colheitas para as cooperativas que vendem seus produtos.

Um dos aspectos do trabalho pedagógico desenvolvido para as mulheres agricultoras quilombolas no Vale é que ele seja constituído por mulheres que compartilham de experiências agroecológicas em seus modos de produção e comercialização de produtos da terra. Somando-se a esses elementos, elas também representam a luta concreta nos territórios: as feiras locais, as relações solidárias, os circuitos próximos de comercialização e os encontros de educação popular agroecologia são importantes para entender a relação mulher-agricultura e não aceitar os projetos de economia verde que as mulheres consideram uma ilusão para as comunidades.

Em um contexto mais amplo, os princípios da agroecologia se baseiam em três pilares: ser socialmente justa – com a participação de todos que queiram produzir em seu território; economicamente equitativa – tem-se a ideia de um sistema “coletivo” de produção agrícola, num espaço determinado e, finalmente, que seja ambientalmente responsável – respeitando o meio ambiente. Desse modo, as relações sociais estão imbricadas nos processos agroecológicos. Além disso, há um coletivo que possui uma ética e que deve ser respeitada, assim como a busca do conhecimento do manejo e dos sistemas econômicos que estão interligados em dado espaço. Portanto, as decisões devem ser tomadas coletivamente.

Outro dado importante é que o “campo da luta” se dá em um território específico, portanto, não é homogêneo. No campo, por exemplo, cada produção obedece a um tempo de preparo até a colheita. Por ter base em uma agricultura tradicional, que segue os ensinamentos dos povos originários daqueles espaços, o tempo entre uma etapa e outra pode ser mais ou menos demorada.

O artigo indica que a agroecologia é mais do que criar ou inovar um sistema de produção agrícola. Para que ela possa existir parte-se do feminino que compõe o termo mulher-natureza-território. E um exemplo dessa perspectiva é acompanhar a luta de mulheres do Vale do Ribeira em seus últimos anos. Elas passaram a dizer não ao que chamam de ilusão da economia verde trazida por empresas exploratórias como a Monsanto ou a Bayer e suas “técnicas agroecológicas”. Interessante neste aspecto das lutas camponesas e no movimento do feminismo agroecológico e a palavra “território” significam “espaço político por excelência” (RAFFESTIN, 1993, p. 59). Mesmo que o Estado emane seus poderes, o uso do “território” é direito de quem os compõem e, por isso, a decisão sobre os territórios deveria estar sob a tutela de suas populações locais e/ou os movimentos que o utilizam. Outro dado é que território pode ser qualquer

espaço onde as decisões são proferidas, como a cozinha, por exemplo. Considerável é como Raffestin (1993) trabalha o termo “geografia política” em que os espaços físicos devem ser percebidos também como espaços políticos e de poder. Tudo o que está neste espaço: instituições, populações, produções, casa etc., que pertencem ao território determinam a razão de ser das coisas. Por isso agroecologia é perceber-se parte daquele espaço, não somente geográfico, mas o “território” que pertence a certo grupo de pessoas, que trabalham e produzem certas coisas e que convivem com certas instituições.

Permeando as agriculturas alternativas e a participação das mulheres nestes espaços, Caporal (2009) afirma que agroecologia não é simplesmente um movimento social ou um tipo de agricultura alternativa. De forma holística, ela nutre um modo de cultivar a terra de modo coletivo em que a existência de um meio ambiente é fundamental para a sobrevivência dos povos (numa coevolução homem-natureza). Ou seja, a

[...] agroecologia, mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas mais diferentes inter-relações e mútua influência (CAPORAL, 2009, p. 17).

Há muitas pesquisas relacionadas à condição do homem do campo. Mas, mesmo aquelas que apontam para uma historicidade do meio rural e à educação popular, não destacam a situação da mulher na agricultura familiar. Por isso, são necessárias outras referências a respeito da trabalhadora rural que participa de movimentos sociais pela educação popular no campo e na formação de uma ética comunitária, o que está sendo evidenciado nesta comunicação.

Muitas instituições da sociedade civil desenvolvem novas metodologias de trabalho em meios rurais o que, de fato, podem contribuir com uma nova forma de olhar ou de visibilizar o protagonismo de sujeitos esquecidos ou marginalizados pelo sistema capitalista que, naquele espaço geográfico, ainda comanda muito os dizeres e os fazeres de muitas populações. De qualquer modo, levando em conta que decolonizar não é somente partir para uma ação, mas, antes de tudo, mudar as raízes de um pensamento colonizador (o que está na memória), seja pelo discurso ou pela ação comunitária, parte-se sempre em busca de uma metodologia aplicável e que seja decolonial. Esta metodologia parte do princípio em que as pedagogias decoloniais poderão ser aplicadas, como a metodologia freireana, por exemplo, em que a análise de dados se pauta por

observação e inserção nestes meios comunitários, acompanhando a evolução da aprendizagem. Outro ponto de destaque das pedagogias decoloniais está disposto em cartilhas e no fazer popular, como as rodas de conversa, as palestras com as redes de apoio no Vale e os encontros de formação comunitária. Tais possibilidades viabilizam a coleta de dados – imagens, material didático (livros, cartilhas), audiovisuais, observação e anotação das narrativas presentes nestes espaços – possibilitando análises posteriores, de modo a qualificar o que foi exposto.

A escolha por trabalhar a experiência de mulheres em seus territórios é também promover um espaço de luta e de conscientização caminha em consonância ao pensamento de Walsh (2012, p. 23) porque não nega o vínculo da descolonização com a humanização dos saberes. Para a autora, se um movimento é consequência de outro, é neste jogo híbrido – em que a educação ambiental popular é trabalhada – que se (re)constrói o “modo outro” (idem) implicado na decolonialidade.

Ao afirmar os valores das minorias a fala de Freire (2005, p. 173) está presente: “numa sociedade dependente” e “na dominação de uma classe sobre a outra”, o caminho para a formação de uma percepção crítica da realidade recai numa nova postura, de reconstrução e reformulação que parte em busca de se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis. Por isso, essa comunicação destaca a importância da agroecologia a partir do feminino. Questionando-o como uma nova ciência ou como um método, tem o intuito de trazer ao palco dos debates sua práxis, fruto da reflexão e ação humana.

Walsh (2012) considera que não se pode simplesmente negar o projeto da modernidade/colonialidade, porque seria nos colocarmos do outro lado da fronteira, estabelecendo um novo “paradigma colonial”. Ou seja, é também construir algo novo de outra forma, mesmo que por resistências e lutas. Nesse sentido, um dos desafios da decolonialidade é o comprometimento de pensar o conhecimento a partir de uma crítica ao colonialismo do ponto de vista individual e coletivo e propor formas para que se faça uma nova ciência. Nesse contexto, considerando-se uma metodologia decolonial para a projeção e a realização destes aprendizados nos coletivos de grupos de mulheres –, salienta-se a importância de esclarecer o que ela significa em termos conceituais e práticos.

Traçar esta metodologia significa *mover-se* junto ao grupo de interação, é *participar* não apontar, é *reconhecer-se* nos sujeitos e não julgá-los, é um processo dialógico e não monológico, é saber que mesmo sendo um processo decolonizante, é político: “Todo processo decolonizante é político e ideológico” (OCAÑA et al., 2018, p. 182).

Diante dessas considerações, a metodologia decolonial pedagógica nos espaços educativos apresentados consiste em criticar a colonialidade imposta por uma educação formal em que tentativas de se impor ao outro, de apontar, de disputar de forma antiética, enfim, não respeitar o outro devem ser debatidas. Para ser decolonial é necessário ser: “democrático, procurar ser justo, compartilhar e solidarizar-se” (OCAÑA et al., 2018, p. 183).

A troca de conhecimentos entre aquelas populações é essencial. Daí que a metodologia decolonial aplicada em projetos de educação, antes de tudo, deve se pautar pelo lugar de fala e pelo contexto dos sujeitos em questão. E os sujeitos e os territórios são diferentes, portanto, a metodologia é diferente quando aplicada em cada contexto, em cada época e em cada espaço social e geográfico.

## **Práticas educativas: a natureza e a valorização da vida**

Em muitos espaços não formais de educação, o conhecimento local tem sido à base de todas as formas de expressar a vida e o conhecimento ancestral porque, geralmente, estão vinculados a necessidades e contextos em que vivem. Nota-se que as mulheres, pequenas agricultoras do Vale, ao repassarem seus conhecimentos às novas gerações, pelos saberes da memória, valorizam sua ancestralidade e os modos de trabalho dos povos ribeirinhos, indígenas e quilombolas. Estes elementos ajudam a mulher a sobreviver em um território que é habitado pela cultura ancestral e pelo trabalho. Em muitos casos, o território se torna palco de uma luta pela terra, o que define a história de uma busca pela alteridade.

Por outra parte, deve-se considerar que a vida das mulheres no Vale do Ribeira não pode ser considerada como uma vida “igual” a das mulheres camponesas de outros lugares, de outros estados, de outros países do continente, ou de um contexto “total” latinoamericano. A realidade latinoamericana é muito diversa e marcada por um processo histórico diferenciado em certo tempo e em certo território. O que se sabe é que a história, sem dúvida, é o palco de ações que visam uma mudança social que parte de ações locais. Desse modo, partindo dos próprios interesses das classes populares ali compostas, o trabalho de educação popular emprega múltiplas formas de atingir seus objetivos, seja de conscientização ou de emancipação política. A educação nestes casos não é somente para trazer conhecimento a um determinado grupo social, mas é um trabalho conjunto, onde todos buscam através da experiência o conhecimento comum, o direito de participação e de decisão diante da situação, inclusive histórica, em que se encontram.

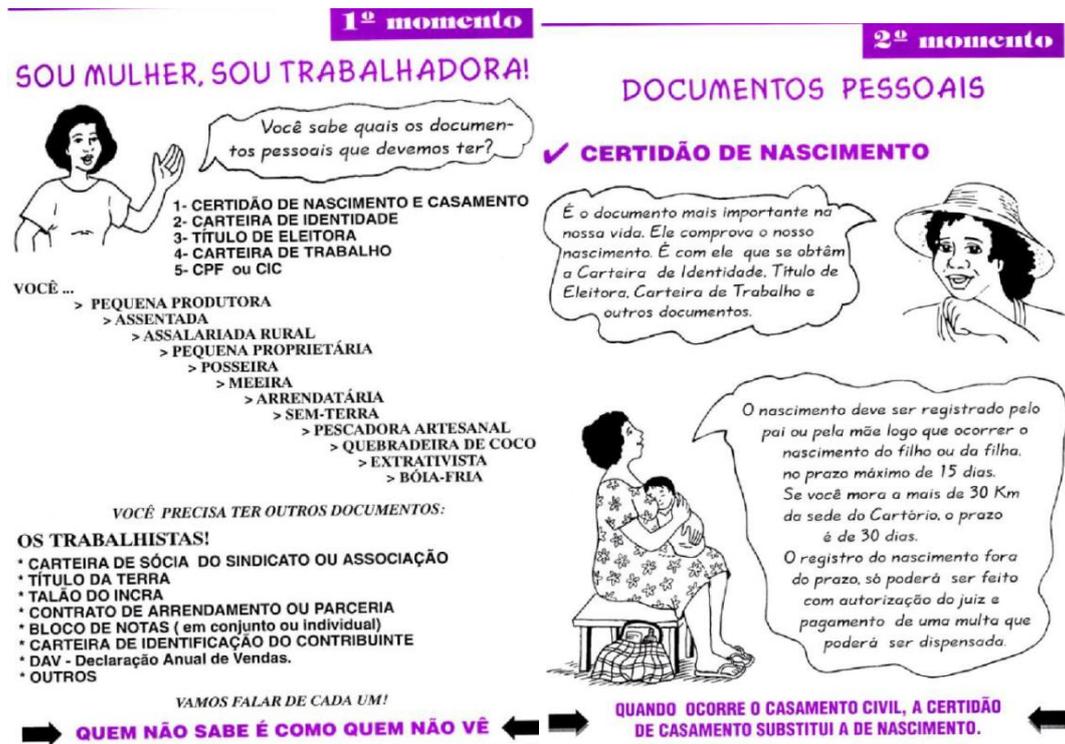


Figura 1 - Cartilha para as mulheres trabalhadoras rurais

Fonte: ANMTR - Brasil (2018).

Vários são os materiais informativos, como a cartilha da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), conforme ilustrações abaixo, utilizadas nos Encontros de Mulheres e de Formação (Figura 1).

O material é importante por considerar a forma de formação profissional rural e a promoção social. Orientando a implantação através de procedimentos ordenados pelo processo de ensino-aprendizagem, tem importante papel na interação da mulher em seu meio. Utilizando uma linguagem simples e ilustrada, sem dúvida é um reforço da aprendizagem.

Assim, se dá a construção de um *sujeito coletivo* (SADER, 1988) que atue localmente vencendo as barreiras impostas pelos processos culturais e históricos durante séculos. Somente através da participação e da conscientização nos grupos é que se vencem as dificuldades, impondo suas vozes.

De acordo com o percebido pelas participantes nestes encontros, desde o início de sua organização, as mulheres engajadas começaram a mudar seu pensar sobre o acesso ou a falta de direitos ao trabalho, saúde, educação, etc. Não tardou para que a

necessidade de mudança fosse entendida como um ato de libertação e emancipação delas próprias. No debater suas experiências se conscientizaram que poderiam ir além de suas casas e comunidades (Figura 2).

**3º momento**

**DOCUMENTOS PROFISSIONAIS**

**DOCUMENTOS QUE COMPROVAM A PROFISSÃO  
E O TEMPO DE ATIVIDADE RURAL**

✓ **CARTEIRA DE SÓCIA DO SINDICATO OU ASSOCIAÇÃO:**  
(Identidade de trabalhadora junto a sua organização)



O Sindicato e a Associação são organizações das trabalhadoras e trabalhadores da roça e da cidade, e busca fazer valer nossos direitos, exercendo a nossa condição de cidadãs e cidadãos. Sendo sócia você fortalece sua organização, tem direito de participar das decisões e fazer com que nas lutas do Sindicato e da Associação estejam presentes propostas que defendam os interesses das mulheres.

**QUANDO ALGUÉM LHE PERGUNTAR,  
DECLARE SUA PROFISSÃO:  
TRABALHADORA RURAL,  
LAVRADORA ou AGRICULTORA.**

Figura 2 - Cartilha para as mulheres trabalhadoras rurais.

Fonte: ANMTR - Brasil (2018).

Outra percepção importante é que coletivamente aprenderiam sobre seus direitos e se fortaleceriam em uma região ainda marcada pela exploração de trabalho na terra (Figura 3).



Figura 3 - Cartilha utilizada nos grupos de formação e estudos quilombolas – Nenhuma trabalhadora rural sem documentos

Fonte: ANMTR - Brasil (2018).

A Associação Difusora de Treinamentos e Projetos Pedagógicos (Aditepp) localizada em Curitiba/PR possui material que foi utilizado nos Encontros e trabalha com relações de gênero. Todo o material foi idealizado com o apoio de pesquisadoras do PAGU - Núcleo de Estudos de Gênero (UNICAMP) e trabalha exclusivamente com educação popular. As mulheres desta região, participantes destes processos educativos, precisam se sentir mais úteis, profissionais da agricultura, sem sentirem vergonha de serem chamadas “mulheres da roça”. Constituindo-se como trabalhadoras rurais, conquistando respeito social e até o direito digno de uma aposentadoria, poderiam até participar ativamente dos encontros sindicais. Essa ideia de “mulher da roça” que remete a uma ideia de “desleixo” precisava ser combatida, e assim as religiosas juntamente com as entidades assistenciais passaram a valorizar os ensinamentos que empregavam.

Projetos de educação ambiental propostos em várias comunidades e ao alcance das mulheres que ali vivem têm uma função pautada em um debate pós-colonial e imbricada à pedagogia de Freire (2005) porque ajuda a perceber quão permeados estão os discursos opressores, muitas vezes naturalizados, fincados na história e na cultura daquelas populações. Discursos impostos por tanto tempo que se tornam universais – com metodologias aceitáveis e categorias teóricas adequadas – na medida em que vão minimizando novos temas de pesquisa e novas propostas de ensino com o intuito de manter a lógica política da universalização do conhecimento.

Na sede da Equipe de Articulação das Comunidades Negras (EAACONE) existem muitos materiais impressos e cartilhas que são utilizados nos encontros. Em sua grande maioria os materiais se referem ao trato com hortas e animais domésticos, cuidados com o solo e a água, produção de viveiros, cuidados com o estoque das sementes para as plantações, uso de agrotóxicos, além de material que explica como negociar suas

plantações e dos direitos do produtor rural<sup>2</sup>. Além dos materiais didáticos analisados como livros, cartilhas e impressos utilizados nos Encontros de Formação, há também documentos, relatórios dos encontros, fotografias e vídeos do acervo pertencente ao EAACONE e MOAB. Todo o material está relacionado à preservação ambiental, luta de camponeses<sup>3</sup> e gênero. No acervo encontram-se muitas cartilhas e panfletos enviados por Sindicatos Rurais, de partidos políticos e que estão relacionados a agroecologia, a educação em ciências, além de material da Frente Nacional dos Trabalhadores que tratam de movimentos populares, de educação popular, da teologia da libertação (DUSSEL, 1995) e da igualdade nas relações etno-raciais.

Todos os *Encontros de Formação*, geralmente realizados mensalmente, são enriquecidos com palestras, danças, comidas típicas, apresentações culturais (teatro, dança ou poesia), missa campal e ritos afros, manifestações e minicursos para as mulheres que fazem abordagem sobre: agroecologia, direitos civis e reforma agrária. Quanto às práticas educativas mais voltadas para a educação do campo, tem-se o cultivo de hortaliças e de alimentos orgânicos, o cuidado com animais domésticos, com o solo, o trato com crianças recém-nascidas e cuidados com a saúde.

Outro exemplo está em um encontro realizado na comunidade do Rio Verde, região da Juréia, na cidade de Iguape (Vale do Ribeira/SP), que abrigou a Escola de Formação Feminismo e Agroecologia (SOF) entre os dias 10 e 13 de julho de 2019. O encontro contou com moradoras das comunidades Rio Verde e do Grajaúna, onde foram discutidos modelos de resistência para as famílias que vivem ali por gerações. O curso realizado tratou de evidenciar os caminhos de uma autogestão dos grupos que ali vivem e onde as mulheres lideram a luta em seus territórios. Pensar como os coletivos devem ser agrupados e trabalhados para superar as barreiras que encontram na construção e consolidação de ideias de resistência e solidariedade.

Para Pollak (1992) reconstituir a memória coletiva destas mulheres através da história oral é entender como a memória é em verdade um fenômeno construído coletivamente, embora submetido a flutuações e mudanças. Sem dúvida, manifesta-se a preocupação na preservação da historicidade daqueles grupos de mulheres e das

---

<sup>2</sup> Impresso: Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos. Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR). Passo Fundo, 1997.

<sup>3</sup> Impresso: FATOS DA TERRA. Quilombos: Onde a história do povo se casa com a história da terra. São Paulo: Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo José Gomes da Silva (Itesp), ano III, v. 8, mar/abr. 2002. Disponível em:

<<http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/publicacoes/arquivos/FatosTerra8.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2011.

instituições envolvidas nas práticas educativas que produz uma linguagem a serem analisadas.

Há uma relação estreita entre a agroecologia e a agricultura realizada pelas mulheres. Tradicionalmente, são as mulheres que selecionam, guardam e trocam as sementes. Os quintais e locais de plantio combinam horta, pomar, criação de pequenos animais, plantas comestíveis, medicinais e decorativas. Aqui, encontra-se um espaço privilegiado de experimentação que conta com uma enorme diversidade da fauna e da flora local. Rico cenário não é mesmo? Porém, em uma das oficinas educativas proposto pelo grupo de trabalho Mulheres da Articulação Nacional em Agroecologia em uma de suas formações educativas trouxe a preocupação da não valorização da vida e do trabalho rural pelas mulheres do Vale. Ao apresentarem um *mapa* da biodiversidade local, em que as agricultoras poderiam descrever sobre ele sua casa, seus vizinhos, suas plantações e tudo aquilo que consideravam importantes para suas vidas elas recuaram.

Na oficina promovida pela Sempre Viva Organização Feminista (SOF, 2018) a ideia do mapa era para que elas pudessem valorizar seus territórios rurais e o trabalho ali realizado, se reconhecerem no meio ambiente local, além de aprimorarem seus olhares sobre seus espaços de atuação social. O Mapa contribuiu para valorizar o local e o trabalho ali realizado, além de aprimorar o olhar das mulheres sobre os espaços e sua atuação. Em um primeiro momento os desenhos eram mais restritos. Conforme iam sendo incentivadas a expressar toda a biodiversidade, as mulheres iam acrescentando plantas medicinais, plantas alimentícias não convencionais, flores, animais silvestres, entre outros elementos. O Mapa era retomado numa segunda atividade com a pergunta: onde estão as mulheres e os homens na propriedade? Quantos homens e quantas mulheres trabalham em cada um dos espaços desenhados? O objetivo é o de situar como acontece a divisão sexual do trabalho.

Faz-se urgente rever tudo que nos últimos 200 anos foram descartados como objeto de estudo: vazios e lacunas que, em verdade, expressavam obras humanas (e humanos) relegadas à desumanização. Por isso, temos um bom exemplo da condição de sujeitos do conhecimento relegados a não existência. Trata-se de um desafio epistemológico – ético e político – que se completa pela nossa capacidade de interagir com mundos que tiveram negados a existência de muitos povos ancestrais.

Em um artigo intitulado *O Território Ameaçado: Vale do Ribeira/SP* de Sheila Saori (2018) aborda-se o perfil das comunidades locais ao longo do tempo e de novos movimentos que surgem como forma de resistências às políticas governamentais que insistem em desapropriar a região, favorecendo às mineradoras e aos grandes latifundiários. Durante a oficina realizada na escola observou-se que muitas

quilombolas se sentiram invadidas e silenciadas por órgãos do governo a que vinham medir suas terras, sem a devida permissão. Em alguns casos, vinham estudar o solo e os remanescentes de água com o discurso que estavam “ajudando” o desenvolvimento da região, como a Embrapa. Nessa desconfiança as mulheres perceberam que a autonomia de seu território não poderia ser invadida e criaram suas resistências locais:

As relações de preservação da natureza que as comunidades tradicionais estabelecem são influenciadas por aspectos espirituais e culturais que simbolizam a existência e continuidade das pessoas naquele local. Isso está numa grande figueira que simboliza os mortos ou na passagem na mata, ao lado do rio, onde são feitas as romarias, e por assim vai. A biodiversidade, para estes povos, é considerada para além dos recursos genéticos e de espécies de plantas: inclui a interação de saberes e relações entre os diferentes modos de vidas com a natureza, que acabam respondendo aos problemas com soluções coletivas e locais (SAORI, 2018, p. 6).

Para Saori, a luta de mulheres no combate à exploração da natureza e de seus territórios se faz no coletivo.

## **Educação ambiental e movimentos sociais: redes de apoio no Vale**

Ao participarem da formação proposta pelas redes de apoio as mulheres começaram a perceber e a se integrar às redes de resistência e de cooperação onde atuam diversas instituições da sociedade civil e organizações não governamentais. Desse modo, obtiveram um aprendizado e conseguiram criar uma alternativa de produção de alimentos limpos e sustentáveis. Possibilita-se uma nova forma de consumo e de interação com a natureza.

Dentre alguns apoiadores participantes destas redes: a Pastoral da Terra em parceria com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as Pastorinhas (Federação Paulina-SP), a Cáritas Brasileira, o Instituto Socioambiental (ISA), o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro/SC), o Instituto de Terras de São Paulo (Itesp), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira (EAACONE), o Movimento dos Ameaçados por Barragens (MOAB), a Sempreviva Organização Feminista (SOF), a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) e o Sindicato dos Trabalhadores na agricultura familiar do Vale do Ribeira (Sintravale).

Dentre várias atividades, o trabalho das redes consiste em organizar os Encontros de Formação, o Encontro de Mulheres, seminários a respeito da

agroecologia, de meio ambiente, rodas de conversa sobre direitos das trabalhadoras rurais e de formação cidadã, feiras e eventos culturais onde se destacam danças e comidas típicas da região. Realizam laboratórios de práticas com hortas e construção de viveiros, cuidados com a água e o solo diretamente nas terras de pequenos agricultores. A Pastoral da Terra, por exemplo, promove reuniões e rodas de conversa onde se discute a defesa dos povos ribeirinhos diante dos grandes latifúndios. O MST promove ações educativas de cuidados com o solo e com as plantações. A ANMTR e o Sintravale a criação de viveiros, mini-estufas e o cuidado com a preservação de sementes, além de orientações para as Feiras da Roça. Todas estas atividades serão detalhadas no decorrer da pesquisa.

Na área de comunicação, a rede utiliza as redes sociais: facebook, sites, blogs em que visibilizam as ações educativas, os eventos e as políticas em torno das questões de gênero num sentido agroecológico. Há produções textuais utilizados nas ações educativas: cartilhas, cadernos, informes, relatórios, além de vídeos sobre estas propostas e sobre a região.

Conceitualmente, a palavra *rede* no dicionário de português é definida, entre outros aspectos, por metáfora: “conjunto de pessoas, órgãos ou organizações que trabalham em conexão, com um objetivo comum”. Mas o que é uma rede? E decolonial? Castells (1999) aponta que o movimento ambientalista provocou grande impacto nos valores culturais e instituições da sociedade contemporânea (no último quarto do século XX). O autor argumenta que:

as ações coletivas, políticas e discursos sob a égide do ambientalismo são tão diversificados que se torna praticamente impossível considerá-lo um único movimento. Todavia, sustento a tese de que é justamente essa dissonância entre teoria e prática que caracteriza o ambientalismo como uma nova forma de movimento social descentralizado, multiforme, orientado à formação de redes e de alto grau de penetração (CASTELLS, 1999, p. 143).

Atuando sob os princípios de uma *pedagogia decolonial*, conforme Walsh (2012), tais redes ao atuarem dentro da própria cultura dos grupos envolvidos, “com ela e por meio dela”, trazem novas possibilidades de compreender a importância do trabalho em conjunto e de vincular os saberes coletivos, das memórias daquelas populações e da ciência agroecológica a um projeto maior transformador daquelas gentes, em especial com o grupo feminino. De acordo com Freire:

[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção [...]. Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e

foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar (FREIRE, 1996, p. 9).

De fato, redes sociais são redes *de práticas* sociais. Elas também possuem uma linguagem e uma forma de comunicar, além de um comportamento e objetivos bem definidos de trabalho. Por meio de uma educação popular em agroecologia, as redes que promovem práticas de uma pedagogia decolonial se constituem por um fazer diferente diante das adversidades. Ao contribuírem com o desenvolvimento social e promoção humana de populações em meios rurais, muitas vezes pautados pela resistência a um sistema capitalista que os consome, promovem um papel fundamental de romper com certos modelos dominantes de produção e consumo no campo. O trabalho dos educadores populares no Vale do Ribeira procura desafiar as estruturas sociais e epistêmicas da colonialidade do poder ali estabelecidas. Ao desafiar as estruturas patriarcais, corrobora-se com Walsh (2012, s/p.) que:

[...] permite considerar a construção de novos marcos epistemológicos que pluralizam, problematizam e desafiam a noção de um pensamento e conhecimento totalitário, único e universal desde uma postura política e ética, que sempre mantém como presente as relações de poder às que têm sido sometidos estes conhecimentos.

A educação popular no Vale é decolonial porque questiona as estruturas estabelecidas, inclusive a geopolítica do saber e a constituição das identidades que a diferença colonial impõe. Algumas pedagogias ao serem trabalhadas nestes locais pelas lideranças locais e redes de apoio e integração questionam e analisam criticamente os campos de poder, saber e ser das populações. São pedagogias que acabam por evidenciar o trabalho de muitos líderes quilombolas e indígenas que se comprometem com a defesa dos territórios e com questões ecológicas que unem o pensamento em torno do homem integrado à natureza e vice-versa.

Os saberes de produção local, quando vindos à tona pelos ensinamentos populares, trazem visibilidade aos sujeitos que, de acordo com as memórias dos coletivos, corroboram para a dialogicidade entre todos os atores sociais envolvidos para um desenvolvimento social local. A necessidade de dar visibilidade aos negros reconhecendo sua alteridade recorre à fala de Fanon (2008, p. 51) ao ressaltar que:

O Homem é movimento em direção ao mundo e ao seu semelhante. Movimento de agressividade que engendra a escravização ou a conquista; movimento de amor, de doação de si, ponto final daquilo que se convencionou chamar de

orientação ética. Qualquer consciência é capaz de manifestar, simultânea ou alternativamente, essas duas componentes.

A criticidade sobre as narrativas de mulheres e sobre os discursos desenvolvidos pelas redes sociais que promovem a educação popular em agroecologia no Vale do Ribeira é vista como “um modo de ação” socialmente e historicamente situado num contexto social. De modo dialético a linguagem ali constituída tem base na formação dos discursos que estão sempre em oposição com o já constituído historicamente.

Num contexto latinoamericano, o fortalecimento de redes que atuam na constituição de movimentos sociais tem apresentado propostas que enaltecem a educação popular em todos os campos do saber. Na construção de um intercâmbio de cooperação social, muitas instituições da sociedade civil desenvolvem novas metodologias de trabalho em meios rurais. Desse modo, acabam por viabilizar o protagonismo de sujeitos esquecidos ou marginalizados pelo sistema capitalista que comanda nosso dizer e nosso fazer.

Junto a estes grupos observar a discussão de caminhos e propostas que enaltecem a educação popular e as práticas freireanas presentes nestes espaços e em todos os campos do saber. As redes de apoio que compõem alguns dos movimentos no Vale despontam um trabalho decolonial de mulheres, de resistência e, ao mesmo tempo, de mudança porque sugerem que decolonizar é um caminhar abrindo as portas para o novo, mas também não esquecendo o passado de suas origens.

O encontro de saberes dos mais variados campos do conhecimento permanece inerente a este processo porque a transformação da realidade da produção alimentar não está somente ligada ao solo, enquanto espaço de plantio, mas é um conjunto sustentável que une mulher e natureza. Por isso a busca pela *exterioridade* do “eu” é parte dessa conquista e há um caminho a seguir sem eliminar etapas ou ocultando a essência desta busca. O que está sendo colocado é complexo e é o ponto de partida para uma *Ética da Libertação*, conforme Dussel (1995).

Há um ponto de partida e um caminho a seguir: consciência, exterioridade, alteridade. A mulher é “o outro” subalterno, explorado pelo latifúndio, pelo comércio local, pelo processo econômico, político e cultural que a inferioriza. No entanto, este ‘outro’ não é uma abstração. Aqui, a mulher, enquanto sujeito que aponta para uma libertação não é abstrata, é real, possui um rosto, não é uma a mais no mundo. Embora ausente da história contada pelos homens, em certo momento se ‘expõe’, olha, e assim nota-se sua presença, enquanto sujeito constituinte de uma história. Ela tem uma história, a sua história. Isso pode perturbar e causar espanto em um sistema fechado

ou em estruturas que determinam a posição do sujeito. Aqui está a Exterioridade, primeiro passo para que a mulher possa atingir a Alteridade. A mulher é parte dessa rede que interage coletivamente e, sem este coletivo, talvez não existissem as redes e talvez não existisse o feminismo agroecológico. A linguagem decolonial é por ela e para ela, enquanto se percebe no mundo, em suas relações sociais, na resistência e em uma ética comunitária.

Para Dussel (1995) a ética comunitária não pode estar integrada à lei do mais forte. A racionalidade da lei do mais forte dominando o mais fraco não poderia existir dentro de uma ética comunitária. Por isso “o único ato realmente ético é a práxis endereçada ao ‘outro’ como ‘outro’, porque é ‘outro’, e não porque preciso dele, porque é meu empregado, porque preciso aliviar minha consciência” (DUSSEL, 1995).

Para Paulo Freire em seu livro *A Pedagogia da Esperança* (1993) a luta política, a transformação social e a superação da “injustiça desumanizante” devem empreender-se em torno de uma ética universal dos seres humanos que é consciência reflexiva que significa estar com outros no mundo e com o mundo. Por isso as mulheres participam e experimentam de sua capacidade de comparar, fazer juízos, escolher e decidir.

Em várias oficinas ou cursos populares voltados para a agroecologia no Vale, ao problematizar aspectos da realidade dos oprimidos, esta educação popular libertadora tem um papel fundamental. Isto permite a essas mulheres agricultoras a debaterem sobre suas realidades e apreender como se dá esse processo de construção da estrutura opressora, que envolve caminhos históricos, políticos e culturais.

## Conclusões

Aponta-se que nos projetos de educação ambiental e popular no Vale a fala de Freire (2005) é tão atual porque se argumenta que lutar por direitos não quer dizer que estes povos ancestrais querem se isolar negando qualquer novo conhecimento que a humanidade e a ciência consigam conquistar, como as vacinas, por exemplo. Portanto, descolonizar para as práticas pedagógicas ali existentes e apresentadas não é voltar a um estado de conquista da época do Brasil colônia, pois o pós-colonialismo ou a pós-modernidade já representa um novo lugar de fala, um novo lugar geopolítico do conhecimento.

A contribuição dos materiais pedagógicos utilizados em alguns modelos de educação ambiental e popular apresentados converge naquilo que Freire chama de “devolver a fala ao oprimido”. Ou seja, ressalta a colonialidade como a outra face da

modernidade e desafia o discurso moderno por um pensar sobre os problemas das comunidades, como a falta de oportunidades, acesso e controle do poder público.

Na perspectiva de se formar um “novo discurso”, contra hegemônico, dá-se importância aos discursos produzidos nas “zonas de fronteiras” pelos grupos excluídos e oprimidos, como forma de resistir à “colonização do ser” e que encontra um paralelo na proposta de educação libertadora de Freire (2005). A proposta freireana para a educação é partir de uma realidade que seja próxima e acessível ao educando, evitando a imposição de conteúdos formados a priori, sem nenhuma relação com a realidade vivida pelos educandos e, portanto, de difícil compreensão.

Viabiliza-se a habilidade que as comunidades têm para a formação de redes que interagem entre si e de outros espaços, num campo que se abre para novas perspectivas sobre a importância da agroecologia e da participação política das mulheres nestes espaços de interação, ao buscarem novas técnicas e parcerias, com a possível divulgação dos resultados destes debates para expansão dos conhecimentos adquiridos.

Através das entrevistas realizadas com as mulheres que participaram destes aprendizados e dos relatos que formam a memória destes grupos percebeu-se como estes movimentos de educação popular alteram o cotidiano destas mulheres, como se viam e agora como passam a se reconhecer, como suas rotinas mudaram e, principalmente, como organizam estas lembranças individualmente e coletivamente. Nessa convivência social e “autodecolonial” (em que o pesquisador transforma ao mesmo tempo em que é transformado) junto aos grupos de trabalhos, descobre-se que o respeito e o fazer de modo outro tem um papel fundamental na constituição de direitos. Em muitos espaços de aprendizagem onde ocorre um processo desumanizante que torna as minorias invisíveis, há caminhos e estratégias de resistência, assim subvertendo a negação do “outro” ao possibilitar aos menos favorecidos uma conquista de saberes. No engajamento educativo e, por vezes, político, a defesa de uma concepção dialógica da educação corrobora para que o respeito às mulheres envolvidas neste movimento do feminismo agroecológico possa transformar as sociedades em sociedade mais sustentáveis e igualitárias.

Com os ensinamentos que receberam as atividades no campo e os cuidados com a casa passaram a serem realizadas outras formas, com mais segurança, agilidade e de forma mais cuidadosa, não somente para enfatizar sua condição de gênero, mas sim para que pudessem reconhecer seu papel e sua importância social. A partir do conhecimento local e numa perspectiva decolonial, há a necessidade de investigar os saberes de fronteira e identificar em que medida os saberes que por ali circulam oferecem possibilidades para um “fazer diferente” propondo relações de alteridade.

Conclui-se que o conhecimento para a humanização de saberes traz à tona que estudos decoloniais viabilizam outros modos de pensar e educar valorizando a cultura e o trabalho local, sobretudo na agricultura familiar, mas trazendo à tona seus sofrimentos e resistências. Como forma de atuação mais consciente e responsável de todas as populações envolvidas e de instituições, tais estudos devem ser o palco de discussões de todo o professor e/ou educador envolvido com os rumos da educação ambiental no país.

## Referências

- CAPORAL, F. R. (Org.); COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília: MDS/Embrapa, 2009. Disponível em: <[http://www.emater.tche.br/site/arquivos\\_pdf/teses/Agroecologiaumacienciadocampodacomplexidade.pdf](http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Agroecologiaumacienciadocampodacomplexidade.pdf)>. Acesso em: 07 fev. 2020.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DUSSEL, E. **Filosofia da Libertação: Crítica à ideologia da exclusão**. São Paulo: Paulus, 1995.
- FANON, F. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**. México: Siglo XXI, 1993.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 47. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- OCAÑA, A. O., LOPEZ, M. I. A., CONEDO, Z. P. Metodología 'otra' en la investigación social, humana y educativa. El hacer decolonial como proceso decolonizante. In: **Revista FAIA**. v. 7, n. 30, p. 172-200, 2018. Disponível em: <<http://editorialabiertafaia.com/pifilojs/index.php/FAIA/article/view/146>>. Acesso em: 21 abr. 2020.
- POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5 n. 10, p. 200, 1992.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática S.A, 1993.
- SAORI, S. O Território Ameaçado: Vale do Ribeira/SP. **Debates Feministas**. SOF. n. 11, set. 2018. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/2018/09/27/o-territorio-ameacado-vale-do-ribeirasp>>. Acesso em: 21 abr. 2020.
- SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, SOF. n. 11, set. 2018. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/2018/09/27/o-territorio-ameacado-vale-do-ribeirasp>>. Acesso em: 21 jan. 2020.
- WALSH, C. **Interculturalidade crítica y pedagogía de-colonial: apuestas (des)de el in-surgir, re-existir e re-vivir**. Coleção Digital. PUC-Rio. 2012. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13582/13582.PDF>>. Acesso em: 11 jun. 2020.